





Conservatória do Registo Comercial de Valongo
Capital Social: 10.000.000 euros
NIF: 500 070 210
Alvará n.º 568



04

CAP. 01 >
A CONDURIL



12

CAP. 02 >
**RELATÓRIO
CONSOLIDADO
DE GESTÃO**

22

CAP. 03 >
**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
E ANEXO**



87

CAP. 04 >
**RELATÓRIO E
PARECER
DO CONSELHO
FISCAL**



82

CAP. 05 >
**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS
CONSOLIDADAS**



Portugal





MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Exmos Senhores Acionistas,

Em 2023, despedimo-nos do engenheiro Amorim Martins, mentor e criador da cultura empresarial Conduril, e presidente do conselho de administração de 1970 a 2023.

O engenheiro Amorim Martins dedicou mais de 50 anos da sua vida à Conduril, deixando na Conduril uma marca para o futuro de rigor, honestidade e responsabilidade social.

Tive o privilégio e a enorme responsabilidade de dar continuidade ao seu legado, um projeto empresarial ímpar. Para isso, foram determinantes o apoio e a coesão de todo o conselho de administração bem como o suporte de todos os colaboradores, que agradeço.

No ano de 2023, em Portugal, não se assistiu ao esperado aumento das obras públicas associadas ao PRR, continuando-se a verificar uma enorme concorrência e baixos preços nos projetos lançados a concursos.

Nas suas propostas, a Conduril manteve a estratégia de conciliação de objetivos operacionais com o seu compromisso de sustentabilidade e responsabilidade social, com o conseqüente ligeiro decréscimo do seu volume de negócios face a 2022.

Encaramos o ano de 2024 com prudência, em particular no mercado nacional, esperando em Angola e Moçambique o arranque de importantes obras. Este é também o ano em que se cumpre mais um marco histórico da Conduril, os seus 65 anos de existência, o que muito nos orgulha e nos motiva a continuar a construir o amanhã.

Por último, uma palavra de agradecimento aos nossos clientes, fornecedores e parceiros pela confiança demonstrada.

Benedita Amorim Martins
Presidente do Conselho de Administração

1959

Fundação da Conduril –
Construtora Duriense, Lda.

1970

Aquisição pelos principais
acionistas de referência

1990

Admissão à negociação na
Bolsa de Valores

📍 Angola

2010

📍 Espanha

1997

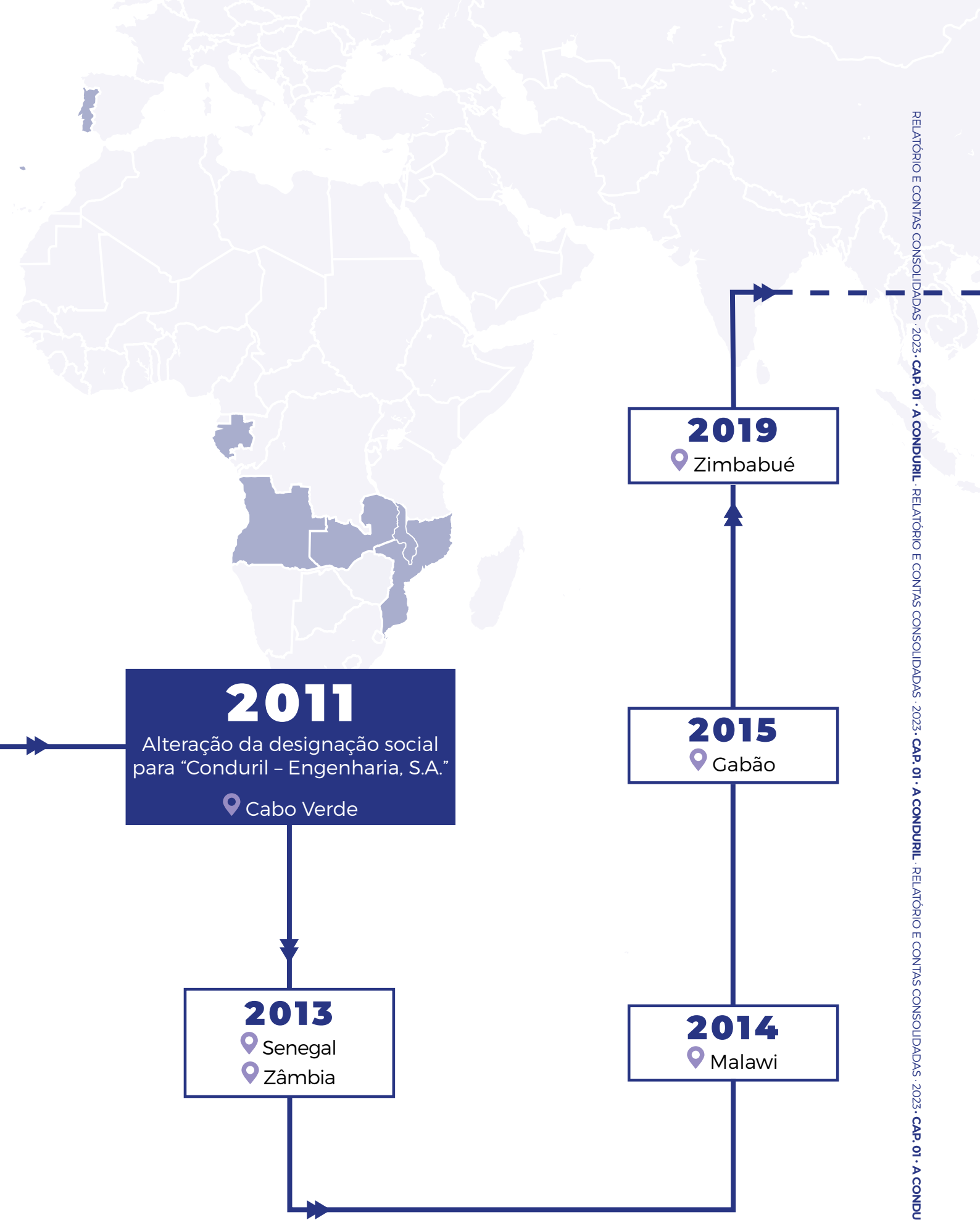
📍 Moçambique

2008

📍 Botswana

2004

📍 Marrocos



PRÉMIOS/DISTINÇÕES



2023

Iberdrola Prémios Globais
ao Fornecedor do Ano
Sustentabilidade
Iberdrola



2013

Prémio Exportação 2013
1.º Lugar – Grande Empresa Serviços
BES + Jornal Negócios



2017

Engineer's Society of
Western Pennsylvania
International Bridge Conference



2010

Melhores Empresas para Trabalhar
**1.º Lugar Sector da Construção/
4.º Lugar Grandes Empresa**
Revista Exame



2017

Índice da Excelência
**1.º Lugar Sector da Construção, Infra-
-Estruturas, Transportes e Logística**
Neves de Almeida, HR Consulting, INDEG-ISCTE,
Human Resources Portugal e Executive Digest



2010

500 Maiores & Melhores
1.º Lugar Sector da Construção
Revista Exame



2015

500 Maiores & Melhores
1.º Lugar Sector da Construção
Revista Exame



2009

500 Maiores & Melhores
**Empresa do Ano + 1.º Lugar
Sector da Construção**
Revista Exame



2015

Mérito pelo trabalho desenvolvido
no setor da Educação
Menção Honrosa UNESCO



2008

500 Maiores & Melhores
1.º Lugar Sector da Construção
Revista Exame



2014

500 Maiores & Melhores
1.º Lugar Sector da Construção
Revista Exame

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Amadeu Augusto Vinhas
Filipa Bastos Pinho Ferreira Lemos

Conselho de Administração

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins (vice-Presidente)
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Comissão Executiva

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (CEO)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins (vice-CEO e CFO)
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Conselho Fiscal

Júlio Gales Ferreira Pinto (Presidente)
Deolinda Paula Baptista Nunes
Jorge Manuel Silva Tavares
Alberto Luciano Costa Santos Rolo (Suplente)

Revisor Oficial de Contas

Crowe & Associados, SROC, Lda.
Representada por
Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro
João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires (Suplente)



Portugal



RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

1.

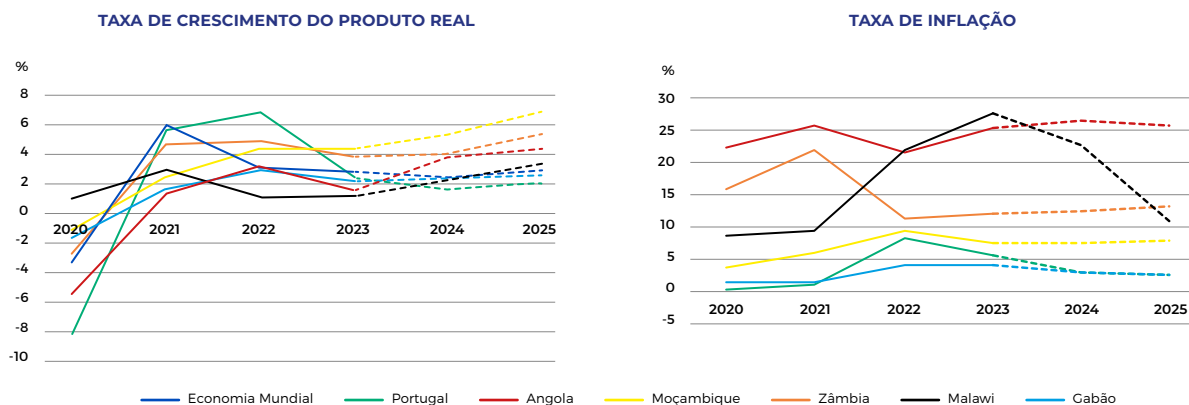
Decorridos três anos da nova década, assiste-se a uma cada vez maior consciencialização dos agentes económicos e à certeza de que o tão aclamado *ceteris paribus* não passa de uma utopia. As previsões de crescimento estão constantemente a ser atualizadas, com uma certa tendência de revisão em baixa.

O fim da pandemia, anunciado a meio do segundo trimestre de 2023, não foi estímulo suficiente para acelerar o ritmo de crescimento da atividade económica e, enquanto ainda se lidava com os seus resquícios, assistiu-se a um agravamento dos surtos inflacionários, cuja contramedida para o seu combate foi uma subida contínua das taxas de juro, e a uma intensificação das tensões geopolíticas e dos efeitos adversos das alterações climáticas.

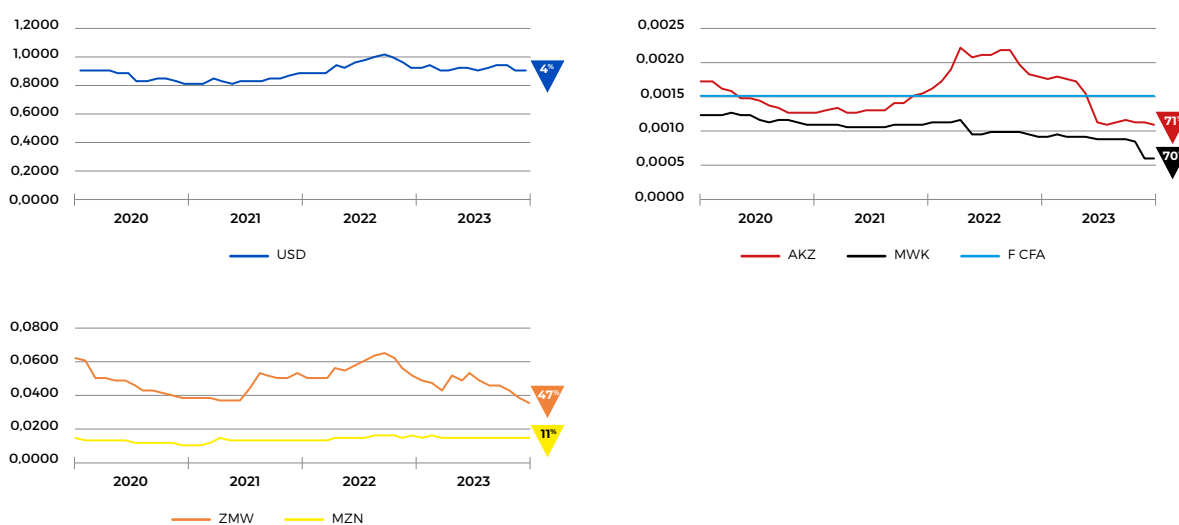
As repercussões foram sentidas por todos em geral e, em particular, pelas economias menos desenvolvidas, onde a escassez de vários produtos de primeira necessidade, aliada à elevada taxa de pobreza, foram particularmente agravadas pelas taxas de inflação elevadas – em muitos casos com valores acima dos 2 dígitos – e pela redução dos projetos de investimento e dos financiamentos externos.

O Conselho de Administração da Conduril - Engenharia, S.A., no cumprimento dos estatutos e disposições legais aplicáveis, apresenta e submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas o relatório consolidado de gestão, as contas consolidadas do período e demais documentos de prestação de contas consolidadas, referentes ao exercício de 2023.

Em 2023, o crescimento do produto real a nível mundial deverá ter sido próximo de 2,7% (3% em 2022), o que representa uma redução homóloga de 10%, tendo os países desenvolvidos registado taxas de crescimento médias de 1,6% (2,6% em 2022) e os restantes países 4% (3,9% em 2022). Em termos médios, desde 2020, estes últimos países têm apresentado as taxas mais baixas dos últimos 30 anos.



Também nas geografias onde a Conduril se encontra atualmente a operar, o ano de 2023 foi marcado por uma evolução positiva do produto interno, embora com valores ainda distantes dos desejáveis. A envolvente económica destes países teve um reflexo generalizado de desvalorização das respetivas moedas face ao euro:



O setor da construção, que historicamente tem um papel de propulsor do crescimento económico, continua a ser afetado pela instabilidade que o envolve, nomeadamente:

- em Portugal: foram lançados concursos públicos na ordem dos 6.000 milhões de euros (o que representa um aumento de 65% face ao ano anterior) e efetuadas adjudicações no valor de 3.700 milhões de euros, tendo-se assistido ao arranque de um conjunto de projetos relacionados com as energias verdes, alinhados com as políticas públicas para a transição energética. Contudo, para além do volume de obras públicas ainda não refletir o anunciado ao nível do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), continua a assistir-se a uma feroz competição ao nível dos preços nos processos concursais e, posteriormente, ao aumento do número de reclamações com recurso a processos judiciais;

► em África: as autoridades locais mantêm o travão no investimento em infraestruturas dada a dificuldade na obtenção de financiamento para os mesmos. O reduzido número de projetos tem intensificado a concorrência, levando mesmo à prática de políticas anti-concorrenciais pelos diferentes *players*, situação que se vem traduzindo numa redução da qualidade dos projetos e outras consequências nefastas que mais cedo ou mais tarde afetarão a generalidade dos agentes económicos.

2.

Consciente das dificuldades que o mercado enfrenta, o grupo manteve uma estratégia prudente, sacrificando o seu volume de negócios – que apresentou uma redução de 16% face ao ano anterior, mas sem comprometer a sua solvabilidade financeira.

O mercado português voltou a assumir uma posição de destaque na atividade do grupo, representando 62%, apesar do reforço patentado pelo mercado africano.

Em Portugal, o ano de 2023 ficou marcado pela conclusão das principais atividades das duas obras de maior referência executadas nos últimos anos – a Barragem e Central Hidroelétrica do Alto Tâmega e a 3.ª fase da expansão do Molhe Leste do Porto de Sines –, mas também pelo início dos trabalhos no projeto da Galp relacionados com o hidrogénio verde, em Sines. Por sua vez, em África, foi angariado um conjunto relevante de obras, nomeadamente, em Angola e Moçambique, com início previsto para o ano de 2024, mantendo-se em curso as obras anteriormente iniciadas na Zâmbia, no Gabão e no Malawi.

Os principais indicadores económico-financeiros do grupo Conduril, expressos na tabela abaixo, refletem a performance do grupo nos últimos três anos, destacando o compromisso contínuo e a sua capacidade de adaptação às exigentes condições com que se tem deparado:

INDICADORES	2023	2022	2021
Ativo (€)	361.871.381	387.048.715	381.358.328
Passivo (€)	183.091.538	179.022.019	186.030.240
Capital próprio (€)	178.779.843	208.026.696	195.328.088
Dívida líquida (€)	24.335.909	-894.932	-4.338.883
Volume de negócios (€)	183.429.353	218.870.901	156.230.714
VAB (€)	66.164.273	82.457.168	63.009.471
EBITDA (€)	14.565.930	27.701.783	17.858.063
Resultado líquido do período (€)	2.262.273	7.257.641	5.784.268
Autonomia financeira	49%	54%	51%
Liquidez geral	174%	206%	188%
Rácio de solvabilidade	98%	116%	105%

A desvalorização das moedas das economias africanas onde o grupo Conduril desenvolve a sua atividade teve um efeito pernicioso sobre a sua posição patrimonial, em consequência da conversão cambial dos respetivos ativos e passivos.

Da mesma forma, o atraso no início de algumas empreitadas e na formalização das decisões de alguns donos de obra, quer quanto aos trabalhos executados e a executar, quer quanto aos reequilíbrios financeiros devidos, foram também penalizadores para a rentabilidade e liquidez do grupo.

3.

Ao longo de todo o seu exigente processo produtivo, o grupo Conduril procura sempre conjugar os seus objetivos de negócio com os seus elevados padrões de excelência e de comprometimento, garantindo uma articulação harmoniosa e sustentável com toda a sua envolvente, nomeadamente:

- satisfazendo as necessidades dos seus clientes, garantindo o cumprimento escrupuloso de todas as suas obrigações contratuais e elevados níveis de competência técnica, sustentados pelos padrões da norma ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade devidamente certificado pela APCER em Portugal, Angola e Moçambique, e ainda reforçado pela acreditação do IPAC para diversos ensaios de solos, agregados e betões de acordo com a norma EN ISO/IEC 17025;
- assegurando as melhores condições de trabalho para os seus 2.500 colaboradores e para os das entidades que consigo colaboram nas diferentes frentes de trabalho, procurando gerir os riscos singulares da sua atividade da forma mais eficaz. Neste âmbito, encontra-se certificada pela APCER em Portugal, Angola e Moçambique de acordo com a norma ISO 45001 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.

O comprometimento do grupo Conduril em proporcionar aos seus colaboradores elevados níveis de desempenho, satisfação e realização profissional tem-se materializado na atribuição de diversas regalias e benefícios, com particular destaque para: o reforço da estabilidade económica no período da reforma através do Fundo de Pensões Conduril, totalmente financiado pelo grupo, e que no final de 2023 ascendia a 11,1 milhões de euros; a preocupação com a assistência na saúde através de uma apólice de seguro; o apoio à família em caso de morte e/ou incapacidade com recurso a um seguro de vida; o reconhecimento a todos os trabalhadores que completem 25 ou 40 anos de trabalho no grupo; e, não menos importante, o incentivo à formação e desenvolvimento de competências, papel assumido em Angola e Moçambique pela Conduril Academy, o que em 2023 se materializou em mais de 22.700 horas de formação aos colaboradores, bem como no programa de bolsas de estudo para o ensino superior para filhos de colaboradores, que beneficia atualmente 30 bolseiros a estudar e conta já com 8 licenciados desde o início do programa.

- preservando a segurança da informação face às crescentes exigências e riscos neste domínio, tendo sido obtida este ano, em Portugal, a certificação pela APCER de acordo com a norma ISO 27001 – Sistema de Gestão de Segurança da Informação;
- salvaguardando um impacto ambiental o mais equilibrado possível, indo além das exigências legais e contratuais, pautando a sua atuação de acordo com os princípios da norma ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental que se encontra devidamente certificado pela APCER em Portugal, Angola e Moçambique;



Portugal

- ▶ implementando mecanismos internos que garantam o escrupuloso cumprimento da legislação e regulamentação aplicável, em especial no plano da prevenção, detecção e sancionamento de atos de corrupção e infrações conexas, tendo-se para tal munido de um Programa de Cumprimento Normativo em Matéria de Prevenção e Combate à Corrupção;
- ▶ garantindo uma relação de comunicação e transparência informativa com os seus acionistas e investidores, através de diversos canais, colocando ainda à disposição um serviço de apoio especializado, sob a responsabilidade do representante do grupo para as relações com o mercado.

Estes são apenas alguns dos princípios de responsabilidade social que pautam a atuação do grupo e cujo compromisso se encontra expresso e público na Política de Responsabilidade Social Corporativa do grupo Conduril. A sua vontade de ir mais além levou também o grupo Conduril a incorporar na sua estratégia empresarial os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) alinhados com os das Nações Unidas, tendo identificado sete ODS que considerou prioritários e cujo acompanhamento e monitorização se poderá avaliar através do Relatório de Sustentabilidade de 2023:



O desempenho do grupo Conduril foi reconhecido pela Iberdrola, através da atribuição do prémio Sustentabilidade, no âmbito dos “Prémios Globais ao Fornecedor do Ano 2023”, sendo enfatizada a capacidade do grupo no cumprimento de prazos exigentes, a qualidade do trabalho realizado, a promoção do emprego local e a elevada pontuação ESG (critérios ambientais, sociais e de governança corporativa), principalmente na área ambiental, e à luz do modelo de avaliação da Iberdrola, na construção da Barragem e Central do Alto Tâmega.

4.

A complexidade intrínseca do setor da construção é agravada pela dispersão geográfica da operação do grupo Conduril, o que acarreta a exposição a uma multiplicidade de riscos, nem sempre previsíveis, e impõe uma atenta política interna de gestão de risco de contínua monitorização, avaliação e intervenção sempre que tal se justifique.

A atuação em diferentes países, com moedas distintas, gera um desafio constante que requer uma gestão permanente que balanceie o equilíbrio entre os ativos e passivos expressos em cada moeda, mantendo, sempre que possível, as disponibilidades nas moedas fortes, mitigando o risco cambial.

Também a salvaguarda, através de mecanismos legais previstos nos contratos celebrados, que permitam reduzir a exposição dos seus contratos à flutuação dos preços é uma preocupação sempre presente, procurando essa mesma garantia através de uma eficiente política de gestão das compras.

A atividade do grupo exige ainda uma minuciosa gestão de todos os seus recursos, sejam estas pessoas ou equipamentos, uma vez que estes são limitados e que os trabalhos decorrem não só em diferentes países, mas em diferentes localizações no mesmo país.

Simultaneamente, existe uma preocupação constante ao nível do fluxo financeiro do grupo, centrando a sua atividade em projetos cujos clientes tenham capacidade para cumprir com as suas obrigações contratuais e, sempre que possível, financiadas por linhas de crédito internacionais por um lado e, por outro, garantindo linhas de crédito com as entidades bancárias para salvaguardar potenciais necessidades de tesouraria.

5.

As mais recentes projeções económicas não antevêm um ano de 2024 particularmente fácil, com um esperado abrandamento do crescimento da economia global, que contrastará com a previsível aceleração nos países em vias de desenvolvimento, em particular, no continente africano. Não obstante, a mutabilidade macroeconómica poderá gerar alterações significativas na envolvente e contrariar estas expectativas.

A estratégia comercial que tem vindo a ser trabalhada pelo grupo Conduril permitiu a angariação de algumas importantes obras novas, financiadas internacionalmente, em especial em Angola, como são exemplo a Barragem de Chicomba, o fornecimento e montagem de 186 pontes metálicas Acrow nas 18 províncias deste país, a construção da rede de abastecimento de água na região agropastoril de Porto Amboim e a construção de uma estrada com uma extensão de 105 km na província do Bengo; e em Moçambique, com dois lotes para a reabilitação de estradas na província da Zambézia.

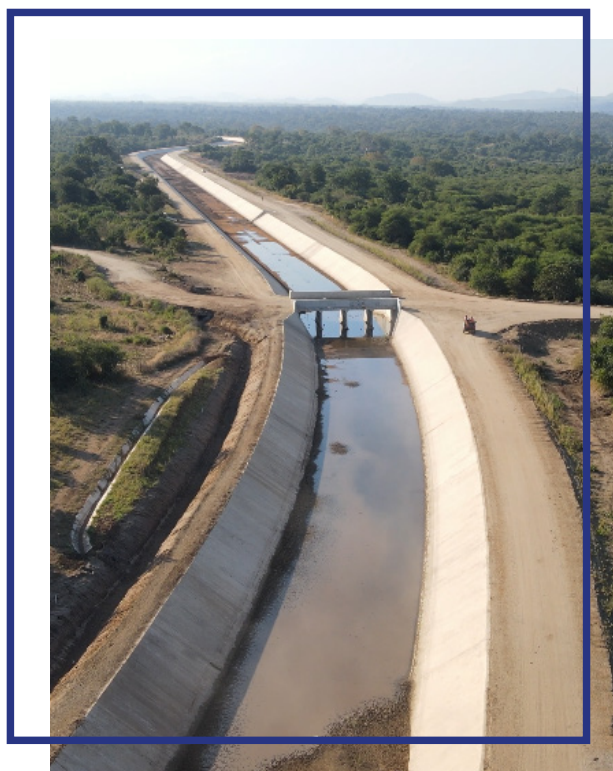
Com as mais recentes adjudicações, a carteira de obras do grupo atingiu o seu valor mais elevado de sempre, superando os 900 milhões de euros, e com expectativas de crescimento ao longo de 2024.

Por sua vez, em Portugal, é esperado um aumento significativo de novos concursos, com destaque para a linha de alta velocidade, cujo primeiro troço Porto-Oiã se encontra a concurso até final do primeiro semestre de 2024, havendo um forte empenho do grupo Conduril no reforço da sua carteira de obras.

6.

Outras informações:

- a)** A Conduril possui sucursais em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Marrocos.
- b)** Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.



Malawi

c) O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é composto por 2.000.000 de ações ordinárias, com o valor nominal de 5 euros cada.

d) De acordo com a deliberação aprovada na Assembleia Geral do dia 20 de abril de 2022, a Conduril - Engenharia, S.A. procedeu em setembro de 2023 ao aumento do seu capital, por incorporação de reservas, para 10.000.000 euros através da emissão de 200.000 novas ações. Após esta emissão, a Conduril - Engenharia, S.A. passou a deter 200.009 ações próprias.

e) No que concerne ao processo em arbitragem, desde 2019, da participada RAL - Rotas do Algarve Litoral, S.A., concessionária da subconcessão rodoviária do Algarve Litoral, continuam sem existir desenvolvimentos relevantes quanto ao reconhecimento do seu direito à rescisão do vínculo contratual existente com a IP - Infraestruturas de Portugal, S.A. e ao ressarcimento pelo investimento realizado até essa data (um pedido indemnizatório que ascende a 445 milhões de euros), após alterações relevantes ao contrato inicial recusadas pelo Tribunal de Contas em 2018. Em 2023, o presidente do júri arbitral cessou funções, encontrando-se em curso o processo de nomeação de um novo presidente, mantendo a Conduril a sua confiança numa decisão favorável.

f) De acordo com o disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, são os seguintes os valores mobiliários emitidos pela Conduril - Engenharia, S.A. detidos por titulares de órgãos sociais a 31 de dezembro de 2023:

TITULARES	ÓRGÃO SOCIAL	N.º DE AÇÕES
Maria Benedita Andrade Amorim Martins	Conselho de Administração	^(a) 413.557
Maria Luisa Andrade Amorim Martins Mendes	Conselho de Administração	^(b) 306.533
António Baraças Andrade Miragaia	Conselho de Administração	7.444
António Emanuel Lemos Catarino	Conselho de Administração	5.857
Jorge Lúcio Teixeira Castro	Conselho de Administração	55
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães	Conselho de Administração	22.230

(a) 198.925 ações detidas, indiretamente, através da sociedade por si dominada, Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.

(b) 74.696 ações detidas, indiretamente, através da sociedade por si dominada, Quinta do Javali, Lda.



Mozambique

Relativamente a estes valores mobiliários não ocorreram cessações de titularidade, tendo ocorrido as seguintes aquisições ao longo de 2023:

- ▶ a acionista Maria Benedita Andrade de Amorim Martins adquiriu 3 ações no dia 12 de outubro ao valor unitário de 26 euros;
- ▶ a acionista Maria Luísa Andrade Amorim Martins adquiriu 9.341 ações no dia 03 de julho ao valor unitário de 27,20 euros e 8 ações no dia 12 de outubro ao valor unitário de 26 euros;
- ▶ o acionista Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães adquiriu 7 ações no dia 12 de outubro ao valor unitário de 26 euros.

g) Os negócios ou operações entre a sociedade ou qualquer entidade por si controlada e membros dos seus órgãos de administração e fiscalização são inexistentes ou assumem a natureza de transações sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas e são realizadas no âmbito da atividade corrente do grupo, em condições normais de mercado para operações similares. Caso existam, os mesmos estarão sujeitos a autorização por deliberação do Conselho de Administração, respeitando o previsto no Código das Sociedades Comerciais.

7.

O Conselho de Administração propõe no seu relatório e contas individual que o resultado líquido do período de 2023, no montante de 2.260.381 euros, apresente a seguinte distribuição:

- Dividendos: 899.996 euros, que correspondem a 0,5 euros por ação;
- Outras reservas: 1.360.385 euros.

8.

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento e gratidão a todos os colaboradores, clientes, fornecedores, entidades bancárias, órgãos sociais e demais *stakeholders* que têm colaborado com o grupo Conduril ao longo destes 65 anos de existência.

O crescimento, estabilidade e sucesso alcançados apenas são possíveis com o comprometimento, apoio e parceria de todos.

Ermesinde, 08 de março de 2024

O Conselho de Administração



Portugal



BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	2023	2022
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	3,7	84.811.643	86.408.576
Ativos intangíveis	3,6	5.418.484	5.397.153
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3,9	494.241	494.241
Outros investimentos financeiros	3,9;18	43.013.462	37.826.787
Ativos por impostos diferidos	3,17	3.468.480	3.352.383
Subtotal		137.206.310	133.479.140
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3,10	16.251.536	20.692.395
Clientes	3,18	109.682.313	123.603.465
Clientes c/retenções de garantias	3,18	9.046.399	7.616.362
Estado e outros entes públicos	20	20.533.693	23.535.535
Acionistas		-	7.160
Outros créditos a receber	3,20	42.324.290	28.805.333
Diferimentos	3,20	1.330.167	1.771.795
Ativos financeiros detidos para negociação	3,18	2.633.217	19.307.548
Outros ativos financeiros	3,18	1.521	1.521
Caixa e depósitos bancários	3,4	22.861.936	28.228.462
Subtotal		224.665.071	253.569.575
TOTAL DO ATIVO		361.871.380	387.048.715
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	18	10.000.000	9.000.000
Ações próprias	3,18	(5.220.000)	(5.220.000)
Reservas legais	18	2.477.348	3.525.817
Outras reservas		215.561.737	209.717.121
Resultados transitados		4.483.291	4.914.600
Excedentes de revalorização		2.514.769	2.564.723
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(53.317.037)	(23.774.968)
Subtotal		176.500.107	200.727.293
Resultado líquido do período		2.260.381	7.238.296
Subtotal		178.760.488	207.965.589
Interesses que não controlam		19.354	61.107
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3	178.779.842	208.026.696
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3,13	5.202.539	7.032.038
Financiamentos obtidos	3,8;18	45.874.052	45.172.319
Passivo por impostos diferidos	3,17	3.225.203	3.990.582
Subtotal		54.301.793	56.194.939
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	44.336.571	45.427.873
Adiantamentos de clientes	3	18.002.572	14.107.022
Estado e outros entes públicos	20	14.783.616	17.988.772
Acionistas		2.862.424	2.843.685
Financiamentos obtidos	3,8;18	32.980.652	25.300.138
Outras dívidas a pagar	3,20	10.572.999	14.099.995
Diferimentos	3,11;20	5.250.911	3.059.597
Subtotal		128.789.745	122.827.081
TOTAL DO PASSIVO		183.091.538	179.022.019
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		361.871.380	387.048.715

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Montantes expressos em EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023	2022
Vendas e serviços prestados	3;12;20;21	183.429.353	218.870.901
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3,9	-	-
Variação nos inventários da produção	3;10	44.094	(61.366)
Trabalhos para a própria entidade	3	564.171	618.243
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(49.764.353)	(66.546.582)
Fornecimentos e serviços externos	20	(75.650.037)	(76.603.996)
Gastos com pessoal	3;19;20	(51.598.342)	(54.755.385)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3;10	27.473	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3;18	-	1.402.744
Provisões (aumentos/reduções)	3;13	1.717.169	(3.233.567)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	(87.180)
Aumentos/Reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos	14;20	16.249.329	25.099.447
Outros gastos	14;20	(8.708.284)	(18.919.479)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		16.310.572	25.783.780
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3;6;7	(7.378.853)	(7.400.055)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8.931.719	18.383.725
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3;20	(5.083.070)	(4.931.874)
Resultado antes de impostos		3.848.649	13.451.851
Impostos sobre o rendimento do período	3;17	(1.586.376)	(6.194.210)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.262.273	7.257.641
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
Detentores do capital da empresa-mãe		2.260.381	7.238.296
Interesses que não controlam		1.893	19.345
Subtotal		2.262.273	7.257.641
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		1,26	4,03

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		145.425.678	196.208.977
Pagamentos a fornecedores		(137.977.091)	(159.860.834)
Pagamentos ao pessoal		(46.923.986)	(48.189.888)
Caixa gerada pelas operações		(39.475.399)	(11.841.745)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.004.889)	(3.593.401)
Outros recebimentos/pagamentos		23.999.425	17.495.653
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		(16.480.863)	2.060.507
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(1.466.273)	(2.814.557)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(22.102)	(48.100)
Outros ativos		(8.542.334)	(24.131.242)
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		738.000	-
Investimentos financeiros		26.920	-
Outros ativos		19.430.393	55.338.293
Juros e rendimentos similares		3.822.566	6.411.269
Dividendos		393.687	320.416
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		14.380.857	35.076.079
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		175.501.716	149.432.702
Outras operações de financiamento		-	-
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(155.101.089)	(153.321.112)
Financiamentos <i>leasings</i>		(9.924.867)	(8.899.272)
Juros e gastos similares		(3.613.467)	(1.438.269)
Dividendos		(1.620.000)	(1.800.000)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	(5.220.000)
Outras operações de financiamento		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		5.242.293	(21.245.951)
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		3.142.286	15.890.636
Efeito das diferenças de câmbio		(8.508.812)	(540.448)
Caixa e seus equivalentes no início do período		28.228.462	12.878.274
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	22.861.936	28.228.462

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Montantes expressos em EURO

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE												
NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIÁVEIS NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2023	9.000.000	(5.220.000)	3.525.816	209.777.121	4.914.600	2.564.723	(23.774.967)	7.238.296	207.965.589	61.107	208.026.696	
Aplicação do resultado do período			9.427	7.464.812	(235.943)			(7.238.296)	-		-	
Posição em 01 de janeiro de 2023 após aplicação de resultados	9.000.000	(5.220.000)	3.535.243	217.181.933	4.678.657	2.564.723	(23.774.967)	-	207.965.589	61.107	208.026.696	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							(30.776.051)		(30.776.051)	(43.645)	(30.819.697)	
Realização do excedente de revalorização					57.914	(57.914)						
Excedentes de revalorização					(7.960)	7.960						
Ajustamentos por impostos diferidos												
Alterações atuariais benefícios pós-emprego												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			(57.895)	(196)	(245.320)		1.289.740		1.289.740		1.289.740	
			(57.895)	(196)	(195.366)	(49.954)	(55.759)		(359.171)		(359.171)	
							(29.542.070)		(29.845.482)	(43.645)	(29.889.127)	
Resultado líquido do período								2.260.381	2.260.381	1.893	2.262.273	
RESULTADO INTEGRAL								2.260.381	(27.585.101)	(41.753)	(27.626.854)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Subscrições de capital	1.000.000		(1.000.000)								-	
Subscrições de prémios de emissão											-	
Distribuições				(1.620.000)					(1.620.000)		(1.620.000)	
Entradas para cobertura de perdas											-	
Outras operações											-	
	1.000.000		(1.000.000)	(1.620.000)					(1,620,000)		(1,620,000)	
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2023	3	10.000.000	(5.220.000)	2.477.348	215.561.737	4.483.291	2.514.769	(53.317.037)	2.260.381	178.760.488	19.354	178.779.842

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Montantes expressos em EURO

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											
NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSFERIDOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIÁVEIS NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2022	10.000.000	(950.000)	3.470.856	205.679.034	5.719.711	1.885.767	(36.291.544)	5.782.682	195.296.506	31.582	195.328.088
Aplicação do resultado do período			4.961	5.838.088	(60.366)			(5.782.682)	0,20		0
Posição em 01 de janeiro de 2022 após aplicação de resultados	10.000.000	(950.000)	3.475.817	211.517.121	5.659.345	1.885.767	(36.291.544)	-	195.296.506	31.582	195.328.089
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							8.917.827		8.917.827	10.179	8.928.006
Realização do excedente de revalorização					(678.956)	678.956					
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Alterações atuariais benefícios pós-emprego					(65.790)		3.585.614		3.585.614		3.585.614
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(744.746)	678.956	12.516.577		12.450.787	10.179	12.460.966
Resultado líquido do período								7.238.296	7.238.296	19.345	7.257.641
RESULTADO INTEGRAL								7.238.296	19.689.083	29.524	19.718.607
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Subscrições de capital											
Subscrições de prémios de emissão											
Distribuições				(1.800.000)					(1.800.000)		(1.800.000)
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações	(1.000.000)	(4.270.000)	50.000						(5.220.000)		(5.220.000)
	(1.000.000)	(4.270.000)	50.000	(1.800.000)					(7.020.000)		(7.020.000)
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2022	3	9.000.000	(5.220.000)	3.529.5817	209.717.121	4.914.600	2.564.723	7.238.296	207.965.589	61.107	208.026.696

A Administração,

O Contabilista Certificado,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1.

NOTA INTRODUTÓRIA

> ATIVIDADE

A Conduril - Engenharia, S.A. ("Conduril" ou "Empresa") é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835, 4445-416 Ermesinde - Valongo, e junto com as empresas participadas ("Grupo"), tem como atividade principal empreitadas de engenharia civil e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

O Conselho de Administração irá manter o acompanhamento de todos os desenvolvimentos relacionados com a situação económica nacional e internacional, designadamente os decorrentes da guerra na Ucrânia. Este acontecimento tem originado impactos relevantes no atual enquadramento económico, mantendo-se uma perspetiva de elevada incerteza, nomeadamente no que se refere ao normal funcionamento das cadeias de abastecimento de produtos, quer ao nível da disponibilidade, quer dos preços, pelo que não é possível estimar com razoável grau de confiança os eventuais impactos na atividade do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

O perímetro de consolidação da Conduril - Engenharia, S.A. inclui as seguintes entidades:

CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL	%
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00
Edirio - Construções, S.A.	100,00
Métis Engenharia, Lda.	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00
Urano, Lda.	99,99
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	100,00
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	100,00
CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL:	
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86
MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL:	
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	21,64
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33

2.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos do Grupo e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 02 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas).

2.2. **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:**

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior.

3.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos

subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A) PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

i. Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas "Interesses que não controlam".

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas/sócios minoritários excedam o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os acionistas/sócios minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respetivamente.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico ("Entidades de Finalidades Especiais"), ainda que não possua participações de capital diretamente ou indiretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

ii. Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (entendendo o Grupo como tal as empresas onde exerce uma influência significativa, mas em que não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de gastos ou rendimentos do período. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma

diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill*. Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como ganhos do período na rubrica "Outros rendimentos".

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os rendimentos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

iii. Entidades conjuntamente controladas

Os interesses financeiros em empresas/entidades conjuntamente controladas foram consolidados nas demonstrações financeiras anexas, pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos interesses financeiros detidos em empresas/entidades conjuntamente controladas é determinada com base:

- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- na percentagem efetiva de detenção;
- nos direitos de voto detidos.

Qualquer diferença de consolidação gerada na aquisição de uma empresa/entidade conjuntamente controlada é registada de acordo com as políticas contabilísticas definidas para as empresas subsidiárias. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas conjuntamente controladas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

iv. *Goodwill*

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O valor do *goodwill* não é amortizado. O ganho ou a perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis, sendo registadas na demonstração dos resultados do período na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)".

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo.

v. Conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluídas na consolidação são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os gastos e rendimentos utilizando as taxas de câmbio médias. A diferença cambial resultante é registada na rubrica de capitais próprios "Outras variações no capital próprio".

O valor do *goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessas entidades e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período. Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

B) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 6 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

C) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 01 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual.

As taxas de depreciação utilizadas no presente período correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	4 - 12
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

D) LOCAÇÕES

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que o Grupo age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

E) INTEGRAÇÃO DE SUCURSAIS

A informação contabilística das sucursais onde o Grupo desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Cabo Verde, Zâmbia e Malawi, é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato do Grupo, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas mensalmente como variações de capitais próprios.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

F) IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES (EXCETO GOODWILL)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

G) GASTOS DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

H) INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

I) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i. Investimentos

Os investimentos noutras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação destes investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registadas na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

ii. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor e, portanto, que a dívida devesse ser mensurada utilizando o método do juro efetivo.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

iii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Não existem situações onde a aplicação do método do custo amortizado tenha um impacto materialmente relevante na mensuração, quando comparado com o valor nominal.

iv. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal, dado que o efeito da utilização do método do juro efetivo é considerado imaterial.

v. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subseqüentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

vi. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

vii. Letras descontadas e contas a receber cedidas em factoring

O Grupo desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras consolidadas, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se o Grupo retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Conseqüentemente, as contas a receber cedidas em factoring à data de cada balanço, com exceção das operações de "Factoring sem recurso", são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

viii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

J) PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo do Grupo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para o Grupo. O Grupo não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras consolidadas, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para o Grupo forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

K) PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

L) IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável de cada empresa incluída na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, do qual é, desde 01 de janeiro de 2022, a sociedade dominante.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

M) ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

N) SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio" e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

O) COMPLEMENTOS DE REFORMA

A Conduril - Engenharia, S.A. assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a Conduril - Engenharia, S. A. criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - "Benefícios dos empregados".

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o "Projected Unit Credit Method", utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

P) RÉDITO

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 - "Contratos de construção", pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas "Outros créditos a receber" e "Diferimentos".

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, o Grupo reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos de participações registadas ao custo são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

Q) GASTOS COM A PREPARAÇÃO DE PROPOSTAS

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

R) TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas por qualquer empresa do Grupo, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

S) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

T) JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

A) RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

B) MOEDA ESTRANGEIRA

No reconhecimento inicial, as transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período. Os itens não monetários que sejam mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar, forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2023		2022	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar dos Estados Unidos	Euro	0,90498	n/a	0,93756	n/a
Dirame marroquino	Euro	0,09137	0,09126	0,08961	0,09334
Metical	Euro	0,01416	0,01452	0,01566	0,01500
Escudo cabo-verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha zambiano	Euro	0,03520	0,04491	0,05181	0,05581
Kwacha malauiano	Euro	0,00052	0,00077	0,00089	0,00098
Kwanza	Euro	0,00108	0,00131	0,00184	0,00203
Dólar zimbabuense	Euro	0,00015	0,00025	0,00140	0,00245

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

A) IMPARIDADE DOS ATIVOS

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos *cash flows* futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada das empresas que integram o Grupo, bem como nas expectativas futuras. O Grupo considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

B) VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis e intangíveis são revistas em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com a sua localização.

C) RÉDITO E CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

O rédito dos contratos de construção em curso é reconhecido com base no método da percentagem de acabamento do contrato. A fase de acabamento traduz-se numa estimativa relevante que assenta na previsão dos gastos a incorrer até à conclusão do contrato. Este processo é assente em análises técnicas efetuadas por técnicos.

D) PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

As provisões são reconhecidas após análise dos técnicos de forma a apurar a existência de uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, um provável exfluxo de recursos. Esta estimativa é igualmente suportada com base na opinião dos advogados e consultores do Grupo.

E) RECONHECIMENTO DO VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas com base em avaliações atuariais efetuadas por peritos externos. No apuramento da responsabilidade são incluídos pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Face ao exposto, não são antecipadas alterações relevantes às estimativas efetuadas e, conseqüentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

4.

FLUXOS DE CAIXA**4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso**

O valor do saldo de “Caixa e seus equivalentes” encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Caixa e depósitos bancários”

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	38.560	165.798
Depósitos à ordem	13.534.858	22.181.199
Depósitos a prazo	9.288.518	5.881.465
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	22.861.936	28.228.462

5.

PARTES RELACIONADAS

5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

A) TOTAL DE REMUNERAÇÕES: 1.872.342 EUROS (2022: 1.931.472 EUROS).

5.2. Transações entre partes relacionadas

A) NATUREZA DO RELACIONAMENTO DAS PARTES RELACIONADAS:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio - Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Urano, Lda.	Angola	99,99	99,99
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	Zimbabué	100,00	100,00
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	Gabão	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	16,67	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcântara - Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
ASSOCIADAS:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	21,64	23,64
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:			
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)			
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)			
António Baraças Andrade Miragaia			
António Emanuel Lemos Catarino			
Jorge Lúcio Teixeira Castro			
Miguel José Alves Montenegro Andrade			
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	Angola	-	-

B) TRANSAÇÕES E SALDOS PENDENTES:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2023:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	831.397	-	-
	831.397	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.663.492	17.870	40.000
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	69.597	-	-
	13.733.089	17.870	40.000
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
UTE Alcântara - Garrovillas	1.219.788	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	66.386	1.005.175	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	509.386	154.297	-
Mugige Vinhos, Lda.	2.744.765	356	-
	4.540.325	1.159.828	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	235.560	3.103.010
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	232.744	-
Quinta do Javali, Lda.	-	98.178
Mugige Vinhos, Lda.	-	1.252
	468.304	3.202.440

Em 31 de dezembro de 2022:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	829.542	-	-
	829.542	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.663.492	17.870	40.000
	13.663.492	17.870	40.000
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
UTE Alcântara - Garrovillas	1.219.788	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	73.770	1.257.222	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	531.086	342.321	-
Mugige Vinhos, Lda.	4.897.540	202.665	-
	6.722.184	1.802.208	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	107.979	2.538.014
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	151.747	71.058
Quinta do Javali, Lda.	334	278.528
Mugige Vinhos, Lda.	-	223.759
	260.060	3.111.359

6.

ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

A) AS DEPRECIÇÕES DO PERÍODO SÃO CALCULADAS TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS SEGUINTE VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE AMORTIZAÇÃO MÉDIAS PARA CADA RUBRICA:

ATIVOS INTANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Investigação e desenvolvimento	6	16,67%
Direitos de superfície	60	1,66%
Programas de computador	6	16,67%
Outros ativos intangíveis	6	16,67%

B) OS ELEMENTOS DOS ATIVOS INTANGÍVEIS SÃO DEPRECIADOS PELO MÉTODO DA LINHA RETA, TENDO POR BASE A RESPECTIVA VIDA ÚTIL ESPERADA.

C) OS ATIVOS INTANGÍVEIS APRESENTAM A SEGUINTE DECOMPOSIÇÃO:

ATIVOS INTANGÍVEIS	31.12.2023		31.12.2022	
	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE
Investigação e desenvolvimento	27.740	15.441	27.740	10.817
Direitos de superfície	5.862.458	658.903	5.885.521	651.525
Programas de computador	250.073	166.961	202.149	146.450
Propriedade industrial	47.121	-	47.121	-
Outros ativos intangíveis	5.338	877	10.780	3.006
Ativos intangíveis em curso	67.936	-	35.640	-
TOTAL	6.260.666	842.182	6.208.951	811.798

D) O VALOR DAS AMORTIZAÇÕES RELATIVO A ATIVOS INTANGÍVEIS INCLUÍDO NA RUBRICA DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS “GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO” ASCENDE A:

AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO	31.12.2023	31.12.2022
Investigação e desenvolvimento	4.623	4.623
Direitos de superfície	9.310	13.892
Programas de computador	20.624	21.077
Outros ativos intangíveis	112	163
TOTAL	34.670	39.755

E) OS MOVIMENTOS NA RUBRICA “ATIVOS INTANGÍVEIS” DURANTE 2023 E 2022 SÃO OS QUE SE SEQUEM:

	2023						
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:							
Saldo em 31.12.2022	27.740	5.885.521	202.149	47.121	10.780	35.640	6.208.951
Adições	-	-	47.924	-	-	32.296	80.220
Outras variações	-	(23.063)	-	-	(5.442)	-	(28.505)
Saldo em 31.12.2023	27.740	5.862.458	250.073	47.121	5.338	67.936	6.260.666
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2022	10.817	651.520	146.455	-	3.006	-	811.798
Adições	4.623	9.310	20.624	-	112	-	34.670
Outras variações	-	(1.927)	(118)	-	(2.241)	-	(4.286)
Saldo em 31.12.2023	15.441	658.903	166.961	-	877	-	842.182
VALOR LÍQUIDO	12.299	5.203.555	83.112	47.121	4.461	67.936	5.418.484

	2022						
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:							
Saldo em 31.12.2021	27.740	5.877.514	196.125	47.121	218.080	-	6.366.580
Adições	-	-	6.024	-	-	35.640	41.664
Outras variações	-	8.007	-	-	(207.300)	-	(199.293)
Saldo em 31.12.2022	27.740	5.885.521	202.149	47.121	10.780	35.640	6.208.951
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2021	6.194	637.279	125.373	-	2.737	-	771.583
Adições	4.623	13.892	21.077	-	163	-	39.755
Outras variações	-	354	-	-	106	-	460
Saldo em 31.12.2022	10.817	651.525	146.450	-	3.006	-	811.798
VALOR LÍQUIDO	16.923	5.233.996	55.699	47.121	7.774	35.640	5.397.153

7.

ATIVOS TANGÍVEIS**7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis****A) BASES DE MENSURAÇÃO:**

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

B) MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO USADO:

O Grupo amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

C) VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIAÇÃO USADAS:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	4 - 50	2% - 25%
Equipamento básico	3 - 30	3,33% - 33,33%
Equipamento de transporte	4 - 12	8,33% - 25%
Equipamento administrativo	3 - 25	4% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20	5% - 25%

D/E. RECONCILIAÇÃO DA QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E NO FIM DO PERÍODO

2023								
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2022	3.717.725	34.805.270	119.115.664	30.352.143	2.770.071	1.906.592	17.716.560	210.384.025
Adições	-	451.777	2.863.777	3.360.007	71.863	192.628	563.773	7.503.825
Alienações	(27.212)	(106.176)	(1.751.409)	(184.829)	(286)	-	-	(2.069.912)
Outras variações	-	(880.456)	(717.336)	(86.565)	(30.507)	(10.093)	-	(1.724.957)
Transf. e abates	-	(40.801)	(66.026)	(143.624)	(45.865)	(58)	(282.923)	(579.297)
Saldo em 31.12.2023	3.690.513	34.229.614	119.444.670	33.297.132	2.765.276	2.089.069	17.997.410	213.513.684
DEPRECIÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2022	-	21.099.526	77.882.677	21.433.437	2.094.553	1.465.256	-	123.975.449
Adições	-	843.825	4.566.598	1.565.161	148.893	219.706	-	7.344.183
Alienações	-	(33.447)	(747.516)	(174.183)	(248)	-	-	(955.394)
Outras variações	-	(667.001)	(619.568)	(85.246)	(30.195)	(9.754)	-	(1.411.764)
Transf. e abates	-	(6.590)	(54.296)	(143.624)	(45.865)	(58)	-	(194.969)
Saldo em 31.12.2023	-	21.236.313	81.027.895	22.595.545	2.167.138	1.675.150	-	128.702.041
VALOR LÍQUIDO	3.690.513	12.993.301	38.416.775	10.701.587	598.138	413.919	17.997.410	84.811.643

2022								
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2021	3.717.725	33.293.488	120.612.045	29.332.029	2.422.959	1.811.440	18.210.041	209.399.727
Adições	-	118.350	2.365.121	1.221.862	327.084	129.611	659.920	4.821.948
Alienações	-	-	(4.110.780)	(162.078)	-	(477)	-	(4.273.335)
Outras variações	-	343.404	343.738	46.363	20.028	(33.982)	-	719.551
Transf. e abates	-	1.050.028	(94.460)	(86.033)	-	-	(1.153.401)	(283.866)
Saldo em 31.12.2022	3.717.725	34.805.270	119.115.664	30.352.143	2.770.071	1.906.592	17.716.560	210.384.025
DEPRECIÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2021	-	20.021.132	76.877.742	20.138.216	1.947.333	1.319.267	-	120.303.690
Adições	-	863.276	4.738.175	1.454.847	127.126	176.875	-	7.360.299
Alienações	-	-	(3.992.161)	(127.652)	-	(477)	-	(4.120.290)
Outras variações	-	215.118	323.057	49.729	20.094	(30.409)	-	577.589
Transf. e abates	-	-	(64.136)	(81.703)	-	-	-	(145.839)
Saldo em 31.12.2022	-	21.099.526	77.882.677	21.433.437	2.094.553	1.465.256	-	123.975.449
VALOR LÍQUIDO	3.717.725	13.705.744	41.232.988	8.918.706	675.518	441.336	17.716.560	86.408.576

7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2023	31.12.2022
Edifícios e outras construções	563.773	659.920
TOTAL	563.773	659.920

7.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	
	31.12.2023	31.12.2022
Edifícios e outras construções	843.825	863.276
Equipamento básico	4.566.598	4.738.175
Equipamento de transporte	1.565.161	1.454.847
Equipamento administrativo	148.893	127.126
Outros ativos fixos tangíveis	219.706	176.875
TOTAL	7.344.183	7.360.299

7.4. Depreciação acumulada no final do período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	
	31.12.2023	31.12.2022
Edifícios e outras construções	21.236.313	21.099.526
Equipamento básico	81.027.895	77.882.677
Equipamento de transporte	22.595.545	21.433.437
Equipamento administrativo	2.167.138	2.094.553
Outros ativos fixos tangíveis	1.675.150	1.465.256
TOTAL	128.702.041	123.975.449

7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica "Investimentos em curso", em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referem-se aos seguintes projetos:

ATIVOS TANGÍVEIS	31.12.2023	31.12.2022
Edifícios e outras construções	17.997.410	17.716.560
TOTAL	17.997.410	17.716.560

7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

31.12.2023	ATIVO BRUTO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	81.947.862	42.411.316	39.536.546
Angola	93.383.983	59.872.241	33.511.742
Moçambique	18.393.575	12.409.064	5.984.511
Marrocos	539.079	539.079	-
Cabo Verde	51.348	49.706	1.642
Zâmbia	11.438.531	8.154.230	3.284.301
Malawi	5.028.753	3.394.297	1.634.456
Gabão	2.730.553	1.872.108	858.445
TOTAL	213.513.684	128.702.041	84.811.643

31.12.2022	ATIVO BRUTO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	80.593.790	38.147.732	42.446.058
Angola	92.912.338	60.364.658	32.547.680
Moçambique	17.234.014	11.867.440	5.366.574
Marrocos	594.543	594.543	-
Cabo Verde	51.348	49.706	1.642
Zâmbia	11.608.029	8.454.457	3.153.572
Malawi	4.714.565	2.873.486	1.841.079
Gabão	2.668.172	1.618.546	1.049.626
Zimbabué	7.226	4.881	2.345
TOTAL	210.384.025	123.975.449	86.408.576

8. LOCAÇÕES

8.1. Locações financeiras - Locatários

A) QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA PARA CADA CATEGORIA DE ATIVO À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022:

	31.12.2023	31.12.2022
Edifícios e outras construções	204.870	235.711
Equipamento básico	15.118.404	19.884.399
Equipamento de transporte	6.564.584	6.963.161
TOTAL	21.887.858	27.083.271

B) RECONCILIAÇÃO ENTRE O TOTAL DOS FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DA LOCAÇÃO À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E O SEU VALOR PRESENTE:

	31.12.2023	31.12.2022
Pagamentos mínimos até 1 ano	5.555.354	8.170.717
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	5.635.007	8.118.220
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
Total de pagamentos mínimos	11.190.361	16.288.937
Pagamento de juros futuros	832.062	269.627
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	10.358.299	16.019.310

C) TOTAL DOS FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DA LOCAÇÃO À DATA DO BALANÇO E O SEU VALOR PRESENTE:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Não mais de 1 ano	5.555.354	8.170.717	5.266.529	8.012.375
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	5.635.007	8.118.220	5.091.769	8.006.935
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	11.190.361	16.288.937	10.358.298	16.019.310

9.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

9.1. Empresas subsidiárias

A) LISTAGEM E DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Consolidação Integral
Edirio - Construções, S.A.	100,00%	Consolidação Integral
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Consolidação Integral
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00%	Consolidação Integral
Urano, Lda.	99,99%	Consolidação Integral
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00%	Consolidação Integral
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00%	Consolidação Integral
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	100,00%	Consolidação Integral
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	100,00%	Consolidação Integral

9.2. Empreendimentos conjuntos

A) LISTAGEM E DESCRIÇÃO DE INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS SIGNIFICATIVOS:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Tecnovia
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Tecnovia

B) PROPORÇÃO DO INTERESSE DE PROPRIEDADE DETIDO E DADOS SOBRE AS ENTIDADES:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	Método proporcional
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	Custo
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50,00%	Método proporcional
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	Método proporcional
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	Método proporcional

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE, Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE e Groupement Túnel de Nador, Construção ACE. Estas não têm atividade relevante, pelo que o Conselho de Administração considera que não existem impactos significativos relacionados com estas participações.

C) MÉTODO USADO NO RECONHECIMENTO DOS INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado até à data em que este efetivamente termine. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível.

9.3. Associadas

A) LISTAGEM E DESCRIÇÃO DAS ASSOCIADAS:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	23,64%	Equivalência patrimonial
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33%	Equivalência patrimonial

B) QUANTIA ESCRITURADA E DADOS SOBRE AS ENTIDADES:

31.12.2023 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	176.387.636	(31.729.840)	n/d
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	494.241	5.897.572	745.453	n/d
TOTAL	494.241			

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras da Rotas do Algarve Litoral, S.A. e Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A..

31.12.2022 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	176.387.636	(31.729.840)	(17.744.591)
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	494.241	5.897.572	745.453	49.850
TOTAL	494.241			

Relacionado com as participações em associadas encontram-se registados, em dezembro de 2023, na rubrica "Outros investimentos financeiros", os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Rotas do Algarve Litoral, S.A. (Nota 18.4)	13.511.551	40.000
TOTAL	13.511.551	40.000

10. INVENTÁRIOS

10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Grupo valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2023	31.12.2022
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16.827.474	21.271.934
Mercadorias	-	-
Produtos acabados e intermédios	328.794	352.666
Produtos e trabalhos em curso	-	-
	17.156.268	21.624.600
Perdas por imparidade	(904.732)	(932.205)
TOTAL	16.251.536	20.692.395

10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2023	31.12.2022
Inventário inicial	20.339.729	16.376.806
Perdas por imparidade em existências	-	-
Compras	45.580.739	70.434.415
Reclassificação e regularização de inventários	(233.373)	75.090
Inventário final	(15.922.742)	(20.339.729)
GASTO DO PERÍODO	49.764.353	66.546.582

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	
	31.12.2023	31.12.2022
Inventário inicial	352.666	411.403
Reclassificação e regularização de inventários	(67.966)	2.629
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
Inventário final	(328.794)	(352.666)
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	(44.094)	61.366

10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2023	31.12.2022
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(27.473)	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
TOTAL	(27.473)	-

10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2022	932.205
Reforço	-
Reversão	(27.473)
Utilização	-
Variações cambiais	-
PERDA POR IMPARIDADE ACUMULADA EM 31.12.2023	904.732

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2021	932.205
Reforço	-
Reversão	-
Utilização	-
Variações cambiais	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2022	932.205

11.

CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto em que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era o seguinte:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DE 2023	RÉDITO DE 2022
Contratos de construção	180.544.599	215.165.567
TOTAL	180.544.599	215.165.567

11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato (metodologia mais utilizada);
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

31.12.2023	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	623.779.841	734.865.971	11.522.320	6.148.419
TOTAL	623.779.841	734.865.971	11.522.320	6.148.419

31.12.2022	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	492.235.446	586.650.638	7.082.382	3.471.863
TOTAL	492.235.446	586.650.638	7.082.382	3.471.863

12. RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

O Grupo reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

A) VENDAS – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

B) PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

C) JUROS – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

D) DIVIDENDOS – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2023	31.12.2022
Vendas de bens	1.578.555	4.236.559
Prestações de serviços	181.850.797	214.634.342
Juros	4.161.082	6.101.845
Dividendos	393.687	320.416
TOTAL	187.984.121	225.293.162

13.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1. Provisões

O Grupo reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	OUTROS MOVIMENTOS	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.921.032	282.423	-	(389.907)	3.813.548
Processos judiciais em curso	-	-	-	-	-
Contratos de construção	2.803.668	4.366	-	(1.446.505)	1.361.529
Outras provisões	307.338	-	(112.330)	(167.546)	27.462
	7.032.038	286.789	(112.330)	(2.003.958)	5.202.539
Investimentos financeiros (Nota 9)	-	-	-	-	-
TOTAL	7.032.038	286.789	(112.330)	(2.003.958)	5.202.539

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	OUTROS MOVIMENTOS	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.760.802	479.975	-	(319.745)	3.921.032
Processos judiciais em curso	231.000	-	(231.000)	-	-
Contratos de construção	10.207	2.793.460	-	-	2.803.668
Outras provisões	27.462	284.162	-	(4.285)	307.338
	4.029.471	3.557.598	(231.000)	(324.031)	7.032.038
Investimentos financeiros (Nota 9)	-	-	-	-	-
TOTAL	4.029.471	3.557.598	(231.000)	(324.031)	7.032.038

13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso, o Grupo está convicto de que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo gabinete jurídico interno da Conduril, assim como pelos seus consultores jurídicos.

No que respeita aos processos fiscais, existem processos decorrentes de impugnações judiciais interpostas pela Conduril relativas a liquidações adicionais em sede de IRC (2011 e 2012), sendo entendimento da Empresa, com base em pareceres dos seus assessores fiscais, que o desfecho se espera favorável, razão pela qual não foram registadas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras consolidadas.

13.3. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 86.786.904 euros (em 31 de dezembro de 2022, o montante ascendia a 91.992.828 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

13.4. Gestão de riscos financeiros

A) PRINCÍPIOS GERAIS

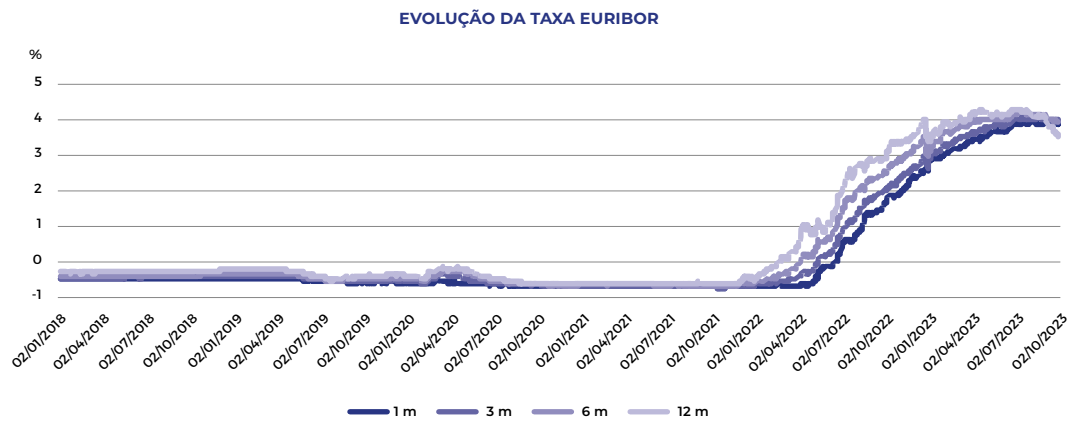
Dos vários tipos de risco que uma empresa enfrenta, os riscos financeiros são os que têm impacto mais imediato nos fluxos de caixa e nos seus resultados. A atividade do Grupo encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco do Grupo é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar os efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

B) RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Estando a atividade do Grupo maioritariamente localizada em Portugal e África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi, Gabão e Zimbabué), encontra-se exposto ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas kwanza, metical, kwacha zambiano, kwacha malauiano e dólar zimbabuano face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras e são escassos ou inexistentes os instrumentos financeiros de cobertura para estas moedas.

C) RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. O Grupo tem apenas uma pequena parte do endividamento indexado a uma cobertura da taxa de juro, estando permanentemente atento a este assunto de forma a poder tomar, atempadamente, as medidas necessárias para reduzir o impacto desta variável nos seus financiamentos.



D) RISCO DE CRÉDITO

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

- i. avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos. Para esta avaliação contamos também com o recurso a entidades de informação e perfis de risco de crédito disponíveis no mercado;
- ii. limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;
- iii. monitorização da evolução do nível de crédito concedido;
- iv. realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

E) RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco no Grupo tem por objetivo:

- Liquidez - garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimentos;
- Segurança - minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira - garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

O Grupo tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco de liquidez, o Grupo assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. É regra do Grupo contratualizar essas facilidades sem qualquer contra garantia.

14.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2023	31.12.2022
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	5.897.475	14.066.281
TOTAL	5.897.475	14.066.281
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	7.930.398	15.337.399
TOTAL	7.930.398	15.337.399

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
SALDO A 31.12.2022	(35.468.315)
Diferenças de câmbio favoráveis	786.961
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(35.709.004)
Saldo a 31.12.2023	(70.390.358)

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
SALDO A 31.12.2021	(45.458.794)
Diferenças câmbio favorável	14.957.388
Diferenças câmbio desfavorável	(4.966.909)
Saldo a 31.12.2022	(35.468.315)

15.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço**

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras consolidadas não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

15.2. Autorização para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 08 de março de 2024. O Conselho de Administração é da opinião de que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

16.

MATÉRIAS AMBIENTAIS**16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor**

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual do Grupo evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 31 de dezembro de 2023, o Grupo incorreu em gastos que ascenderam a 331.836 euros (no período homólogo ascenderam a 395.997 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, o Grupo reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

DISPÊNDIOS DE CARÁCTER AMBIENTAL	31.12.2023 QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	331.836
TOTAL	331.836

17.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos**

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	2.482.087	3.293.588
	2.482.087	3.293.588
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	(895.711)	2.900.622
	(895.711)	2.900.622
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	1.586.376	6.194.210

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram efetuados débitos/ créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2023	31.12.2022
Resultado antes de impostos	3.848.649	13.451.851
Gasto com impostos sobre o rendimento	1.586.376	6.194.210
Taxa efetiva de imposto	41,22%	46,05%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 25% em Angola)	982.436	3.155.027
AJUSTAMENTOS:		
Resultados decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	813	169.757
Taxas diferenciadas de imposto	1.382.300	474.567
Gastos não aceites como custo fiscal	182.392	519.938
Provisões não aceites como gasto	304.818	661.906
Reversão de provisões não tributadas	-	(294.576)
Restituição de impostos	(93.355)	-
Outros rendimentos não tributados	(2.553.654)	(1.111.917)
Prejuízos fiscais deduzidos no período	(11.050)	(2.024.252)
Prejuízos fiscais gerados no período	2.335.144	1.049.861
Tributações autónomas	348.591	348.451
Impostos diferidos	(895.711)	2.900.622
Benefícios fiscais	(75.118)	(12.803)
Outros	(321.230)	357.629
	603.940	3.039.183
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	1.586.376	6.194.210

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, nos termos do artigo 54.º - A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIÁÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	63.740	-	-	-	63.740
Gastos não aceites	3.288.643	(248.557)	364.654	-	3.404.741
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-	-
TOTAL	3.352.383	(248.557)	364.654	-	3.468.480

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIÁÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	744.598	-	-	(23.825)	720.773
Rendimento a tributar	2.783.194	(301.658)	146.651	(233.160)	2.395.027
Depreciações não aceites	462.790	67.336	-	(420.723)	109.403
TOTAL	3.990.582	(234.323)	146.651	(677.708)	3.225.203

A 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIÁÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	65.867	(2.127)	-	-	63.740
Gastos não aceites	6.990.029	535.961	321.218	(4.558.565)	3.288.643
Prejuízos fiscais reportáveis	834.001	(33.878)	-	(800.123)	-
TOTAL	7.889.897	499.956	321.218	(5.358.688)	3.352.383

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIÁÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	730.364	47.724	-	(33.490)	744.598
Rendimento a tributar	5.013.022	336.319	597.308	(3.163.455)	2.783.194
Depreciações não aceites	-	-	462.790	-	462.790
TOTAL	5.743.386	384.043	1.060.098	(3.196.945)	3.990.582

18.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS**18.1. Bases de mensuração**

É política do Grupo reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, são mensurados ao justo valor.

O Grupo não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto o Grupo for detentor de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

18.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2023		31.12.2022	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Cientes, c/c	109.682.313	-	123.603.465	-
Cientes, c/garantias	9.046.399	-	7.616.362	-
Cientes de cobrança duvidosa	2.600.362	(2.600.362)	3.237.812	(3.237.812)
TOTAL	121.329.074	(2.600.362)	134.457.639	(3.237.812)

18.3. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Financiamentos obtidos” tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2023	31.12.2022
Contas caucionadas	19.994.622	10.620.976
Empréstimos bancários	17.409.592	16.451.724
Papel comercial	28.050.000	25.150.000
Loações financeiras	10.358.298	16.019.310
Factoring	-	1.302.417
Descobertos bancários contratados	3.042.192	928.030
TOTAL	78.854.704	70.472.457

Adicionalmente, a maturidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2023	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	19.994.622	-
Empréstimos bancários	4.677.309	12.732.283
Papel comercial	-	28.050.000
Loações financeiras	5.266.529	5.091.769
Descobertos bancários contratados	3.042.192	-
TOTAL	32.980.652	45.874.052

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2022	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	10.620.976	-
Empréstimos bancários	4.437.976	12.013.748
Papel comercial	-	25.150.000
Loações financeiras	8.010.738	8.008.572
Factoring	1.302.417	-
Descobertos bancários contratados	928.031	-
TOTAL	25.300.138	45.172.319

18.4. Outros investimentos financeiros e ativos financeiros detidos para negociação

Os investimentos financeiros em associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9). Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe das participações financeiras registadas pelo modelo do custo e de outros investimentos financeiros detalha-se como se segue:

	31.12.2023			31.12.2022		
	INVESTIMENTO	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		INVESTIMENTO	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	13.511.551	(40.000)	-	13.511.551	(40.000)
Garval	1.682	-	-	1.682	-	-
Lisgarante	1.682	-	-	1.682	-	-
Norgarante	18.877	-	-	18.877	-	-
BAI - Banco Angolano de Investimento S.A.	341.375	-	-	341.375	-	-
Lusitânia Seguros	2.405	-	-	2.405	-	-
Títulos de dívida pública - não corrente	-	-	-	4.487.960	-	-
Títulos de dívida pública - corrente	2.633.217	-	-	19.307.548	-	-
Obrigações do Tesouro - não corrente	29.023.642	-	-	19.343.419	-	-
Outros - FCT	151.162	-	-	156.039	-	-
Outros	1.086	-	-	1.797	-	-
TOTAL	32.175.128	13.511.551	(40.000)	43.662.784	13.511.551	(40.000)
Outros Investimentos Financeiros não correntes		43.013.462			37.826.787	
Outros Investimentos Financeiros correntes		2.633.217			19.307.548	

Os títulos de dívida pública angolana incluem títulos indexados em AKZ e apresentam data de maturidade em 2024.

Os títulos da dívida pública do estado angolano foram recebidos como resultado dos acordos de regularização de dívidas.

As obrigações do tesouro de Angola são em USD e apresentam data de maturidade em 2026, pelo que o pagamento dos juros e o reembolso de capital são realizados em USD.

18.5. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

A) RENDIMENTOS DE JUROS PARA ATIVOS FINANCEIROS:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos bancários e títulos	4.161.063	6.101.845
Outros	19	-
TOTAL	4.161.082	6.101.845

B) GASTOS DE JUROS PARA PASSIVOS FINANCEIROS:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2023	31.12.2022
Financiamentos	3.243.621	3.147.508
Locações financeiras	483.196	237.164
Outros	88.393	36.032
TOTAL	3.815.210	3.420.704

18.6. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, o Grupo avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, o Grupo conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2023		
	REFORÇO	REVERSÕES	OUTRAS VARIAÇÕES
Cientes	-	-	-
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	-	-	-

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2022		
	REFORÇO	REVERSÕES	OUTRAS VARIAÇÕES
Cientes	-	(1.402.744)	(655)
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	-	(1.402.744)	(655)

18.7. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2023, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado. Em setembro de 2023 ocorreu um aumento de capital social por incorporação de reservas no montante de 1.000.000 euros.

18.8. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2023, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

18.9. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do capital próprio na rubrica "Ações próprias", e os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação são registados em "Reservas".

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa detém 200.009 ações próprias. O montante registrado nesta rubrica reflete o valor de aquisição das ações próprias adquiridas em 2022 e o impacto do aumento de capital por incorporação de reservas ocorrido em 2023.

18.10. Reservas legais

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido do período deve ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Em 31 de dezembro de 2023, a reserva legal encontrava-se integralmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor, ascendendo a 2.477.348 euros.

18.11. Aplicação dos resultados

Por decisão da Assembleia Geral foi deliberado que o resultado líquido do período de 2022, no montante de 7.238.296 euros, fosse aplicado da seguinte forma: outras reservas em 5.618.296 euros e dividendos em 1.620.000 euros.

19.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2023, existiam 127 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2023, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2023	31.12.2022
Custo dos serviços correntes	416.755	604.836
Custo juros	523.554	214.773
Rendimentos e perdas atuariais	-	-
Rendimento líquido do fundo, deduzido juro líquido	(430.025)	(144.684)
Outras variações	79.140	129.946
TOTAL	589.424	804.871

Em 31 de dezembro de 2023, estávamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 1.095.344 euros. Este montante encontra-se registado na rubrica "Credores por acréscimo de gastos". As responsabilidades com ativos no cenário de solvência encontram-se totalmente financiadas.

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de capital próprio, "Ajustamentos/ Outras variações de capital próprio", no montante de 664.521 euros (2022: 1.954.261 euros).

Pressupostos utilizados no estudo atuarial de 2023 e 2022:

	PRESSUPOSTOS 2023	PRESSUPOSTOS 2022
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss Re 2001	Swiss Re 2001
Idade normal de reforma	66-70 anos	66-70 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	4,60%	4,10%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Participantes	512	456
Beneficiários	127	123

19.2. Benefícios de caráter social

A 31 de dezembro de 2023, os gastos relacionados com a atividade da Conduril Academy (centro credenciado pelos organismos que tutelam a formação profissional nos países onde atua) que são financiados na sua totalidade pela Conduril resumem-se como se segue:

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2023	31.12.2022
PAAE (Programa Alfabetização e Aceleração Escolar) e bolsas de estudo	117.563	119.321
Formação técnico-profissional, humana e cultural	22.043	22.176
Processo de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais	7.348	6.342
TOTAL	146.954	147.839

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é o seguinte:

ATIVO	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	75.542	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	13.250.529	13.881.221
Contribuições para a Segurança Social	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	6.595.641	7.504.073
Outras tributações	611.981	2.150.241
TOTAL	20.533.693	23.535.535

PASSIVO	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	724.904	701.503
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10.907.184	13.706.813
Contribuições para a Segurança Social	1.050.488	1.018.949
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1.699.891	2.081.853
Outras tributações	401.149	479.654
TOTAL	14.783.616	17.988.772

20.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2023 e 2022 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2023	31.12.2022
Mercado interno	113.722.549	138.805.421
Mercado externo	69.706.804	80.065.480
TOTAL	183.429.353	218.870.901

20.3. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte composição:

	31.12.2023	31.12.2022
Subcontratos	51.396.342	53.175.428
Serviços especializados	6.829.132	6.747.809
Materiais	1.122.901	1.144.255
Energia e fluidos	2.358.484	2.726.457
Deslocações, estadas e transportes	5.824.759	5.382.170
Rendas e alugueres	4.535.520	4.210.319
Comunicação	245.194	357.477
Seguros	1.122.279	1.074.305
Royalties	3.798	7.034
Contencioso e notariado	30.066	27.715
Despesas de representação	65.713	52.001
Limpeza, higiene e conforto	377.991	435.797
Outros serviços	1.737.858	1.263.229
TOTAL	75.650.037	76.603.996

20.4. Gastos com pessoal

A rubrica “Gastos com pessoal” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte composição

	31.12.2023	31.12.2022
Remunerações dos órgãos sociais	1.631.592	1.702.061
Remunerações do pessoal	39.099.172	41.006.994
Benefícios pós-emprego (Nota 19.1)	589.424	804.871
Indemnizações	93.183	90.209
Encargos sobre remunerações	5.981.346	6.212.180
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	1.621.793	1.470.634
Gastos de ação social	1.666.454	2.605.860
Outros	915.378	862.576
TOTAL	51.598.342	54.755.385

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o número médio de empregados foi de 2.522 e 2.806, respetivamente.

20.5. Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte composição:

	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos suplementares	2.080.201	1.132.332
Descontos de pronto pagamento obtidos	79.815	22.907
Diferenças de câmbio favoráveis	7.930.398	15.337.399
Ganhos em inventários	-	70.701
Rendimentos nos restantes investimentos financeiros	2.032	2.031
Rendimentos em investimentos não financeiros	324.257	1.430.231
Juros obtidos	4.161.082	6.101.845
Dividendos obtidos	393.687	320.416
Correções relativas a períodos anteriores	22.764	50.593
Benefícios contratuais	200.997	185.401
Outros	1.054.096	445.591
TOTAL	16.249.329	25.099.447

20.6. Outros gastos

A rubrica "Outros gastos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte composição:

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos	2.039.826	3.522.988
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.679	301
Dívidas incobráveis	-	25.288
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.897.475	14.066.281
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	299.805	134.426
Correções relativas a períodos anteriores	79.519	220.004
Outros	389.980	950.191
TOTAL	8.708.284	18.919.479

20.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2023	31.12.2022
Juros suportados	3.726.817	3.384.672
Outros gastos e perdas de financiamento	1.356.253	1.547.202
TOTAL	5.083.070	4.931.874

20.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2023	31.12.2022
Gastos a reconhecer - seguros	847.481	752.048
Outros diferimentos	482.686	1.019.747
TOTAL	1.330.167	1.771.795

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos a reconhecer - NCRF 19	5.243.797	2.878.882
Outros diferimentos	7.114	180.715
TOTAL	5.250.911	3.059.597

20.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica “Outros créditos a receber” em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tem a seguinte composição:

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores saldos devedores	557.791	621.567
Adiantamento a fornecedores	1.338.035	1.040.119
Devedores por acréscimos de rendimentos	32.428.387	17.859.911
Adiantamentos por conta de vendas	685.616	333.706
Pessoal	9.373	27.866
Devedores diversos	7.305.088	8.922.164
TOTAL	42.324.290	28.805.333

O montante relativo a “Devedores por acréscimos de rendimentos” está relacionado, essencialmente, com a aplicação do método da percentagem de acabamento, de acordo com a NCRF 19 – “Contratos de construção”.

A rubrica “Outras dívidas a pagar” em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tem a seguinte composição:

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	31.12.2023	31.12.2022
Cientes saldos credores	61.200	33.673
Pessoal	1.486.687	1.533.589
Fornecedores de investimentos	151.798	343.845
Credores por acréscimos de gastos - remunerações	2.910.151	2.866.556
Credores por acréscimos de gastos - outros	3.640.555	6.509.719
Credores diversos	2.322.608	2.812.613
TOTAL	10.572.999	14.099.995

20.10. Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e do reforço da sua solvabilidade, o Conselho de Administração propõe no relatório de gestão individual que o resultado líquido do período, no valor de 2.260.381 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Dividendos: 899.996 euros, que correspondem a 0,5 euros por ação;
- Outras reservas: 1.360.385 euros.

21.

DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 07 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho:

21.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	31.12.2023	31.12.2022
Portugal	115.067.712	138.978.328
Angola	18.474.667	38.754.193
Moçambique	13.383.279	10.013.680
Zâmbia	10.578.933	6.998.278
Malawi	18.919.031	17.352.437
Gabão	7.005.731	6.773.985
TOTAL	183.429.353	218.870.901

21.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2023, ascenderam a 35.850 euros (2022: 35.850 euros).

A Administração,

O Contabilista Certificado,



Angola



CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2023

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório consolidado de gestão, balanço e contas consolidadas e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da Conduril - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

RELATÓRIO

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da Conduril - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão consolidado apresentado

pelo Conselho de Administração, do balanço consolidado, da demonstração de resultados consolidada, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e do respectivo anexo e suas notas explicativas, documentos esses que considera estarem em boa ordem e que espelham bem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve desta as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do respectivo relatório com conclusões e recomendações de auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da certificação legal das contas consolidadas, cujo teor merece a sua concordância.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, o balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, consolidados, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira da Conduril - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2023, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

PARECER

1. que sejam aprovados o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, as contas consolidadas e os respectivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023,
2. que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório de gestão consolidado, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 19 de março de 2024

O CONSELHO FISCAL

Júlio Gales Ferreira Pinto

Deolinda Paula Baptista Nunes

Jorge Manuel Silva Tavares



Portugal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 361.871.380 euros e um total de capital próprio de 178.779.842 euros, incluindo um resultado líquido de 2.260.381 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Conduril - Engenharia, S.A.

em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 18 de março de 2024

Crowe & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro, ROC
Registo na OROC n.º 1126
Registo na CMVM n.º 20160738

**CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.**

Avenida Eng.º Duarte
Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde - Portugal
T. +351 229 773 920
geral@conduril.pt

CONDURIL AÇORES

Rua de São Gonçalo,
n.º 2013 - 2.º Dt.º
9500-343 Ponta Delgada -
Portugal
T. +351 296 653 468
geral@conduril-acoresh.pt

CONDURIL ANGOLA

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota -
Luanda - Angola
T. +244 929 637 913/9
expgeral@conduril.pt

MÉTIS

Parque Industrial de Viana - B.º
Capalanga
Município de Viana -
Luanda - ANGOLA
T. +244 939 212 517
expgeral@metis-engenharia.com

CONDURIL MOÇAMBIQUE, ENOP

Estrada Nacional n.º 4,
Tchumene 2,
Parcela 3380/12 - Matola -
Moçambique
T. +258 203 004 71
delegacao@conduril.co.mz

URANO

Polo Industrial de Viana,
Zona do Km 25
Município de Viana - Comuna
do Zango - Luanda - ANGOLA
T. +244 939 133 245
geral@urano-metalomecanica.com

CONDURIL ZÂMBIA

Plot 3817 Martin Mwamba Road
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill
Lusaka - Zambia
T. +260 211 291 441
zambia@conduril.pt

EDIRIO

Rua Dr. Francisco Sá
Carneiro, 22
4825-087 Água Longa -
Santo Tirso
T. +351 229 688 411
geral@edirio.pt

CONDURIL MALAWI

Plot BC 922 House 5, Area Mandala
PO Box 907
Blantyre - Malawi
T. +265 994 956 884
malawi@conduril.pt

CONDURIL ZIMBABUÉ

75, Tredgold Way,
Lincoln Green
Belvedere, Harare -
Zimbabwe

CONDURIL GABÃO

Nzeng-Ayong (Après le carrefour GP)
Libreville - Gabon
gabon@conduril.pt